



Belo Horizonte, 14 de julho de 2017

Controle Processual

Processo nº 09010000040/13

Requerente: Guilherme Vilela de Paula

Propriedade/Empreendimento: Lote 2, Quadra 03 do Condomínio Ecoville

Município: Nova Lima/MG

I - Do Relatório

Guilherme Vilela de Paula formalizou em 07/01/2013 solicitação de para intervenção de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo (residência) em 0,0706 hectare, no município de Nova Lima/MG.

O Parecer Técnico, constante do Anexo III, elaborado pelo NARRA/BH, afirma tratar-se de área inserida no bioma mata atlântica, sendo a vegetação caracterizada como floresta estacional semidecidual montana secundária em estágio médio de regeneração.

O processo foi instruído com requerimento para para intervenção ambiental (fl. 103-105), documentos pessoais (fl. 03), FCE (fl. 26-28), FOB (fl. 29), PUP (fl. 31-34), ART devidamente assinado (fl. 35), CNDF (fl. 117-118); TCCF publicado e registrado na matrícula do imóvel (fl. 112);

II - Do Controle Processual

O requerimento supracitado deverá ser analisado sob o comando da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, Resolução Conjunta IEF/SEMAD Nº 1905 de 12 de agosto de 2013 e da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006)

O processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida, estando apto a ser analisado.

A intervenção ocorrerá dentro do bioma Mata Atlântica, ressaltando a vegetação caracterizada como floresta estacional semidecidual montana secundária em estágio médio de regeneração.

De acordo com a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006:

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Núcleo de Regularização Ambiental de Belo Horizonte
Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana

edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

Assim, podemos concluir pela possibilidade da supressão, devendo porém, esta ser compensada, como dispõe o seguinte artigo da mesma lei:

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei; em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

Cumprido destacar que, sobre a compensação, o empreendedor já firmou termo de compromisso de compensação florestal com IEF, e que este termo já fora publicado e averbado à margem da matrícula do imóvel.

Por se tratar de imóvel situado em área urbana, não se faz necessária averbação de reserva legal ou inscrição no CAR (art. 25 da Lei nº 20.922/2013).

Insta salientar que constarão no DAIA as condicionantes previstas no Anexo III. Quanto às medidas mitigadoras e compensatórias acompanhamos as medidas sugeridas no parecer técnico. O empreendedor deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Florestais antes da emissão do DAIA.

IV - Conclusão:

Diante disso, conclui-se pela possibilidade de autorização ambiental objetivando a intervenção de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em 0,0706 hectare, objetivando a construção de residência, devendo ser observadas, para tanto, o atendimento das medidas mitigadoras e compensatórias constantes no Anexo III e no DAIA.

Philippe Jacob
Philippe Jacob de Castro Sales
Gestor Ambiental - SUPRAM-CM
(MASP: 1.365.493-4)